

A Filiação Política Liberal da Eugenia.

Ricardo Augusto dos Santos*

Uma polêmica recente invadiu os grandes jornais. Não é minha intenção narrar esses fatos, mas apenas usar o caso como exemplo de uma incompreensão teórica. Faremos um breve resumo. Após constatar a presença de frases preconceituosas nos livros de Monteiro Lobato, funcionários de órgãos governamentais discutiram a necessidade de introduzir notas explicativas nos livros didáticos que contivessem trechos “racistas” da literatura *Lobatiana*. Assim, o contexto social da obra ficaria explicitado. De imediato, surgiram vozes afirmando que isso era uma censura. Outros afirmaram que o fato era muito grave, julgando mesmo um absurdo a publicação de um escritor racista. A primeira consideração a ser feita diz respeito à esta surpreendente descoberta. Não sabíamos que o Brasil possuía tantos especialistas em Monteiro Lobato. Sobre esse ponto, dividimos esses doutores em dois grupos. Aqueles que mitificam o escritor paulista (outros intelectuais também são endeusados) e os que jogam Lobato no inferno como um racista pernicioso. Uma coisa iguala os dois contingentes. Ao realizarem essas análises, não estão armados de uma teoria que dê conta da complexidade do campo. O campo intelectual brasileiro foi exuberante em intelectuais, instituições e publicações eugenistas. Sendo assim, consideramos imprescindível para investigarmos a eugenia no Brasil, visitarmos as idéias dos demais atores eugenistas como o sanitarista Belisário Penna, o médico Renato Kehl, o antropólogo Roquette-Pinto e o zoólogo Octavio Domingues. Os intelectuais não são deuses solitários vivendo numa cidade das idéias.¹

Nossa hipótese central afirma que a eugenia brasileira possibilitou a formulação, veiculação e institucionalização de variadas concepções e estratégias para a construção da nação. O eugenismo se constituiu por uma variedade estupenda de intelectuais que formularam, organizaram e tentaram implantar a eugenia nas políticas públicas.

*Ricardo Augusto Dos Santos é Pesquisador Adjunto da Fiocruz. Realizou seu Doutorado em História Social na Universidade Federal Fluminense. Este trabalho é fruto do projeto “Intelectuais e Redes Eugênicas da América Latina”, subvencionado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / CNPq / Brasil.

¹Embora alguns intelectuais acreditem que – realmente - são independentes das condições de reprodução das formas coletivas de viver.

Contudo, talvez seja necessário observar os limites da efetivação desse projeto. O conjunto de idéias e práticas denominadas genericamente de eugenismo nacional representou uma síntese (em constante transformação), de tendências universais e particulares, composta de atores, idéias e relações sociais. Nosso objetivo não é apresentar um texto conclusivo acerca do racismo científico ou da eugenia no Brasil. O que pretendemos é esclarecer alguns pontos nebulosos. Acreditamos que desta maneira, estaremos empenhados em desvendar os meandros do pensamento político do país. Quase todos os pensadores do período, que podemos datar entre 1870 e 1930, pensaram a miscigenação racial como um problema a ser solucionado. Em maior ou menor grau, para estes autores, a questão racial era a grande questão nacional. Para alguns, a mestiçagem era um obstáculo ao progresso. Viam a evolução do Brasil num suposto e crescente branqueamento. Acreditamos que aos olhos desses homens, esta expressão não se referia apenas à cor da pele. Naquela conjuntura, com o país recém-saído do escravismo colonial, as idéias e atitudes ficariam, por muito tempo, impregnadas por símbolos que marcaram as relações sociais escravistas.

Em dezembro de 2010, no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, realizei uma palestra sobre as diferenças existentes entre racismo, eugenia e nazismo. Demonstrei como o pensamento político liberal cria uma aparente igualdade entre os conceitos e práticas históricas. Levei alguns trechos das cartas pessoais de Lobato com passagens que são bastante significativas do racismo científico que marcou o campo intelectual no alvorecer do século XX. Esclareci a minha posição teórica e metodológica. Afinal, diante das minhas opções, procuro entender a sociedade, as classes, seus conflitos e alianças políticas. Ao estudar intelectuais sem suporte teórico e metodológico adequado, corremos o risco de cometermos equívocos. Com frequência, deparamo-nos com posições conflituosas, até mesmo nos livros de um mesmo autor. Frequentemente, esses trechos são analisados como erros, contradições ou “fraquezas” dos autores. Citações que, aparentemente opostas, refletem tensões próprias ao campo intelectual brasileiro. Curiosamente, muitas pessoas no auditório do sindicato, lançaram-se numa busca de frases que pudessem comprovar o racismo ou sua ausência nos textos e na vida íntima de Lobato.

“El doble movimiento de asimilar eugenesia a nazismo y luego dejarla de lado como producto pseudocientífico, oculta el hecho evidente de que la eugenesia es un producto, clara y exclusivamente en sus inicios, de la liberal sociedad victoriana inglesa. La eugenesia, en este sentido, no es mas que una de las manifestaciones exarcebadas de la necesidad de control y dominio de la población, que fue adoptando el capitalismo hacia fines del siglo XIX y, sobre todo, en la primera mitad del XX”. (MIRANDA, Marisa & VALLEJO, 2005: 128).²

São dois os princípios metodológicos que orientam a minha pesquisa. O primeiro afirma que as formas de pensar são produtos do contexto histórico. Colocando essa questão não tem sentido postular que as idéias de um autor estão na frente de seu tempo, pois ninguém produz conhecimentos com base em realidade empírica e marco teórico que não existiu durante a sua vida. Por contexto compreendemos o conjunto de situações políticas e econômicas que organizam as relações sociais numa sociedade determinada, fornecendo referências para a ação social, reprodução das condições de existência coletiva e formas históricas de distribuição de poder. Em todo contexto há também um conjunto de idéias que disputam entre os intelectuais a primazia das que devem ser mantidas ou modificadas. Finalmente, faz parte do contexto a existência de ideologias em luta não apenas pela produção da verdade como das idéias que devem ser criticadas ou abandonadas, por serem interpretadas como inadequadas ou superadas. Assim, constitui erro freqüente e tosco, a expressão “Ele era um homem à frente de seu tempo”.

O segundo princípio metodológico que norteia nosso estudo foi formulado por Pierre Bourdieu (1930-2002). Referimo-nos ao conceito de campo intelectual. Segundo Bourdieu, o que caracteriza a existência de um campo é o fato dele possuir espaço social peculiar e próprio, tipificado por relações objetivas que hierarquizam os agentes que o compõem dando-lhes posição determinada dentro nele. O campo é constituído pelo jogo de associação e oposição entre seus agentes. Na medida em que estes interagem conferem ao campo uma estrutura específica num dado momento. Qualquer campo pressupõe que seus agentes partilhem valores e regras comuns, sendo necessário também que existam diferenciações entre eles. Bourdieu destaca um conjunto de circunstâncias necessárias para que alguém seja aceito membro do campo intelectual.

²PALMA, Hector. Consideraciones historiográficas, epistemológicas y prácticas acerca de La Eugenesia. In: MIRANDA, Marisa & VALLEJO, Gustavo. *Darwinismo Social y Eugenesia em el mundo latino*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005:128. Este trecho citado demonstra que PALMA assinala acertadamente a filiação política liberal da Eugenia.

Entre outros preceitos o candidato a ingressar no campo deve estar familiarizado com os procedimentos inerentes ao campo, ou seja, deve possuir o *habitus*. A posse de capital intelectual e seu constante acúmulo são condição *sine qua non* para ingressar e conquistar posições. O capital intelectual é obtido de várias formas: pela qualificação profissional, pelo exercício de funções valorizadas, pelo reconhecimento da qualidade dos trabalhos publicados, por ser membro de instituições reconhecidas como portadoras de alta competência.

“O mundo deixou de ser o doce seio de Abraão, para ser o vale de lágrimas dos poetas. Mas, aqui está a nossa esperança, que serve de lenitivo para os descabros da hora presente. Cremos na vitória da eugenia. Quando as reformas eugênicas forem uma realidade, o que talvez se dará daqui a algumas gerações, então os homens serão formados de um físico e de uma moral perfeitos. A saúde imperará, a sociedade tornar-se-á organizada sobre as bases sólidas da Verdade e da Justiça, e o homem poderá dizer que, partindo do pecado original de Adão, peregrinará séculos e séculos, para voltar de novo ao Paraíso. O paraíso bíblico o homem destruiu. O paraíso terrestre o homem criará”. Renato Kehl em 1917.

Eugenia e Liberalismo

Em decorrência dos movimentos sociais do século XIX, cresceram as leis para proteger os trabalhadores. Quando Renato Kehl (1889-1974) se refere ao paraíso terrestre criado pelo Homem, consideramos que isso representava o sonho utópico de uma sociedade sem conflitos sociais, dirigida cientificamente por intelectuais capazes de conduzir os demais habitantes do planeta. Assim, a origem da eugenia está na conquista dos direitos sociais. Com o surgimento da proteção social (Assistência Médica, Filantropia, Previdência Social) os fracos e degenerados, alcançavam uma sobrevida. Isso acarretaria uma série de problemas. O pensamento eugenista afirmava que a seleção natural eliminava os indivíduos menos adaptados. Afinal, para os intelectuais alinhados com esse pensamento, a ajuda dos fortes, belos e saudáveis aos necessitados só prejudicaria o progresso da raça. Os fracos estavam sendo salvos e, para a eugenia, esses pesos mortos nem deveriam nascer. Se nascidos, suas vidas seriam controladas. Os criminosos e loucos seriam vigiados e não poderiam ter filhos. Para os eugenistas, a sociedade precisava adotar regras para impedir que fatores disgênicos progredissem. A eugenia, para os intelectuais eugenistas, surgia para corrigir os desvios desse processo. Sobre esse ponto de vista cruel, o médico Renato Kehl era, sem dúvida, uns dos mais radicais.

(...) o número de medíocres, de débeis mentais, de incapazes, de cacoplastas, em suma, cresce, de modo assustador, afligindo, constringendo, quase esmagando a parcela boa e progressista da humanidade. Se a lei inexorável da luta pela vida ainda se impusesse, completamente, sob a qual sucumbem os fracos e triunfam os fortes, a maior parte dessa residualha, que vem surgindo clandestinamente, violando os preceitos da boa geração, estaria condenada a perecer logo nos primeiros lances da áspera peleja. Tal, infelizmente não acontece, não mais se podendo contar com a seleção que outrora constituía o crivo eficaz contra os indesejáveis e que agora sobrevivem em grande número para sofrer e para sobrecarregar os elementos úteis e produtivos”. (Kehl, 1933: 35).

Consideramos oportuno um estudo que contemple a diversidade de interpretações sobre o tema. Existe uma produção recente que estuda as influências que o eugenismo provocou. Essa literatura aborda a produção de intelectuais eugenistas, porém esses textos não demonstram as particularidades dos agentes sociais. Com freqüência, analisam as obras dos intelectuais e, especialmente, os livros e artigos de Renato Kehl, tido como o líder do movimento eugênico, mas não ampliam a análise, nem destacam as nuances desse ator social e, tampouco, dos demais que compartilharam das idéias eugenistas. Erroneamente, um autor é considerado um modelo explicativo. Kehl, e os demais agentes sociais que compartilhavam das idéias eugenistas, não produzia suas idéias como Robinson Crusoe numa ilha. O exemplo norte-americano ainda é pouco conhecido, assim como o eugenismo na América Latina somente recentemente está sendo mais estudado. Mas, há evidentes exceções. Por exemplo, BLACK (2003) e STERN (2005) trazem informações preciosas a respeito da Eugenia nos Estados Unidos. O primeiro reconstitui a trajetória da caçada aos fracos nos EUA. O segundo desmistifica a idéia de que o eugenismo norte-americano tido como “pesado”, desapareceu ou ficou leve depois da Segunda Grande Guerra. Cumpre indagar: o pensamento eugênico brasileiro foi diferente do anglo-saxão? Conforme foi demonstrado pela bibliografia que estuda o tema, a recepção da Eugenia no Brasil e demais países da América Latina teve características distintas de nações como EUA, Suécia, Inglaterra e Alemanha. Todavia, alguns críticos, equivocadamente, concluem que a eugenia germânica foi a verdadeira, a que teve laços com a ciência, enquanto a latina foi branda, uma cópia da eugenia original ou não existiu. Koifman (2007) analisou essas leituras apressadas, chamando atenção para os equívocos cometidos: “Além dos problemas relativos à falta de cuidados com o anacronismo, os críticos não levam em conta, justamente, as particularidades que o eugenismo tomou em diferentes países” (KOIFMAN, 2007:37). Portanto, não cabe negar totalmente a validade das

investigações realizadas, mas é necessário fazer algumas perguntas: a eugenia latina foi menos eugenista ou mais branda? Foi um conjunto equivocado de idéias? Remando contra essas interpretações, venho constatando que existiu um movimento eugênico que permitia a associação entre esterilização, saneamento e educação. E quase todos os intelectuais eugenistas brasileiros não escaparam da hibridização de estratégias.³

Discordamos parcialmente das interpretações realizadas nos últimos anos por pesquisadores brasileiros sobre a eugenia brasileira. Chamamos atenção, inclusive, para o excelente nível dos trabalhos. Mas, afirmamos que a formação do campo eugênico relaciona-se com a estrutura de classes do país. A maioria das pesquisas não aponta esse fato. A Eugenia chegou por intermédio dos artigos e livros produzidos em numerosa quantidade nos EUA e Europa. Encontrou solo fértil. Casou-se muito bem com um conjunto variado de idéias e práticas históricas. Algumas delas existiam, pelo menos desde a metade do século XIX e tentavam explicar a experiência histórica em torno das populações escravas. Outras, desenvolvidas após 1870, almejavam construir um mundo moderno e científico, colocando o Brasil nos trilhos do progresso. Mas, certamente, um dos motivos para o desenvolvimento do eugenismo nas três primeiras décadas do século XX estava na preocupação com os ex-escravos que estavam em processo de proletarização. Kehl e interlocutores estavam preocupados com os fatores disgênicos, ou seja, contrários à formação do povo bonito, forte e saudável. Que condições disgênicas eram essas que impediam a formação do Brasil moderno? Entre várias outras, o crescimento desordenado das cidades e a Proclamação da República, que também não havia resolvido os problemas que os intelectuais apontavam como cruciais. Segundo os reformadores críticos, esses fatos impediam a formação da nação. A abolição da escravidão, com o conseqüente processo imigratório para as cidades, impulsionou trabalhadores procurando emprego e moradia em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Os intelectuais eugenistas se perguntavam: como produzir boas colheitas quando as sementes e o solo não são bons? É certo que considerações completamente pessimistas quanto ao futuro da nação miscigenada seriam rebatidas pelos intelectuais identificados com o movimento sanitaria e também, inclusive, por alguns autores eugenistas. Aliás, os intelectuais do campo eugênico que produziram suas obras no

³ Em relação à América Latina, consultar MIRANDA & VALLEJO (2005).

período entre o início da Primeira República e o fim do Estado Novo, especialmente os sanitaristas, diferentemente dos adeptos do racismo científico/determinismo biológico do final do século XIX, consideravam o Brasil viável e os brasileiros homens produtivos.

Esse é um ponto importante para compreendermos as tramas deste emaranhado de idéias: a ambigüidade e complexidade das propostas eugenistas. Por exemplo, sem dúvida, Roquette-Pinto refutava a negatividade oriunda unicamente da mestiçagem, mas desde que não houvesse “nenhum caráter de degeneração física ou psíquica” nos indivíduos. Os pesquisadores contemporâneos que investigam a eugenia tendem a considerar como autênticos somente os discursos eugênicos advindos de intelectuais brasileiros fortemente alinhados com os modelos estrangeiros. Assim, na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre eugenia, o médico Kehl é identificado como eugenista brando, em sua primeira fase, depois, paulatinamente tornar-se-ia mais radical. O cientista Octavio Domingues é considerado um eugenista mendelista. O sociólogo Oliveira Vianna é apresentado como um feroz arianista, enquanto o antropólogo Roquette-Pinto é reconhecido como partidário do mendelismo e anti-racista. Rótulos à parte, o cenário é bem mais matizado e complexo. Essas considerações são feitas, quase sempre, sem análise das obras e destituída de uma teoria que dê conta da complexidade do campo intelectual brasileiro. Todavia, não queremos e não negamos frontalmente esses rótulos. Contudo, eles não esclarecem e, por vezes, até criam sombras nebulosas sobre as quais é difícil distinguir as contribuições.

Freqüentemente, vários intelectuais eugenistas são ignorados como exemplos para estudar a repercussão dessas idéias. Há duas razões explicativas para o fato. Em primeiro lugar, os autores contemporâneos ainda trabalham com os conceitos formulados pelos agentes sociais estudados. Em segundo, o paradigma eugênico anglo-saxão influencia as análises sobre eugenia. Por meio de uma leitura tradicional, qualquer proposta fora do modelo paradigmático não será considerada verdadeiramente eugênica. Daí a identificação quase direta entre nazismo e eugenia, o que constitui flagrante equívoco. Como explicar as experiências eugenistas acontecidas na Suécia social-democrata, que até os anos 70 do século XX praticou a esterilização compulsória? Ou nos EUA, que em 1906 realizava a esterilização em homens e mulheres e consagrava a

eugenia nas suas políticas públicas? Frequentemente, a eugenia é associada ao nazismo, ignorando-se a existência das idéias e práticas eugenistas, que ultrapassaram fronteiras ideológicas e geográficas. O Liberalismo empurra para o colo do autoritarismo (nazismo, racismo) o lixo das idéias eugenistas. Assim, tenta-se negar a filiação política liberal da Eugenia.

A primeira crítica a fazer é que tal visão reproduz os padrões estrangeiros clássicos. Recentemente, foram publicados textos que desmistificam esse quadro, fruto de pouco trabalho de pesquisa documental ou amparado em teoria inadequada. Comumente, mesmo em círculos acadêmicos, confunde-se eugenia com racismo científico e determinismo biológico. Não excludentes, são conceitos diferentes que nasceram em reação aos movimentos políticos que almejavam condições de vida igualitárias para os trabalhadores. Sem dúvida, foram idéias que tiveram origem no descontentamento com um mundo que se transformava, abolindo privilégios estamentais. Assim, diante da igualdade jurídica, a resposta foi a comprovação científica de uma desigualdade biológica (natural) entre os indivíduos. O racismo científico apresentando-se universal, afirmava a existência de hierarquias entre as raças humanas, promovendo a raça ariana como apta para governar as demais. A Eugenia, por seu lado, procurava o aperfeiçoamento através da seleção daqueles que demonstrassem possuir as características mais adequadas para melhorar os descendentes. Afinal, os novos atores políticos, que surgiam na cena política, não poderiam perturbar a ordem. Era absolutamente necessário manter as multidões afastadas. Mas, que projetos políticos permitiram a ausência de experiências “duras” no Brasil, diferentemente, por exemplo, dos EUA, Suécia e Alemanha?⁴

Os eugenistas brasileiros formavam um grupo fortemente organizado para dominar várias áreas da política, educação e cultura. Convém não esquecer o número expressivo de periódicos, associações profissionais e culturais que esses intelectuais criaram. Tampouco devemos negligenciar a importância política que tiveram. Afinal, era por intermédio de agências como a Sociedade Eugênica de São Paulo, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e periódicos como o

⁴Ver os textos DOS SANTOS (2008) e KOIFMAN (2006), onde encontramos trabalhos consistentes criticando o ponto de vista dominante nas ciências humanas.

Boletim de Eugenia que esses intelectuais veiculavam suas idéias e formavam grupos que pressionavam o Congresso Nacional. Inúmeras tentativas, algumas bem sucedidas, de transformar a legislação, marcando o controle do Estado sobre as vidas dos indivíduos e, em especial, sobre a reprodução. Julgamos que nossa contribuição ao debate historiográfico sobre a Eugenia Brasileira está em demonstrar a articulação do conjunto formado pela esterilização, educação higiênica e combate às doenças para a formação de um povo educado, higiênico e forte. Mesmo Kehl, reconhecido como um eugenista radical, favorável à esterilização involuntária dos incapazes e criminosos foi também defensor do saneamento e educação higiênica como fatores que propiciariam a cura de doentes e feios. Em 1922, ele declarou a importância da educação e demonstrava que estava a par das ações desenvolvidas na Alemanha:

“E, devo frisar, quase nada se obtém em campanha sanitária, quando se não conta com a colaboração popular. Em todos os países cultos a campanha de propaganda de higiene e educação sanitária é tida em alta conta, não se medindo esforços nem despesas para torná-la o mais eficiente possível. Quem ignora os esforços e os grandes resultados colhidos com a organização americana, nesse sentido? E na Alemanha? Neste país até as folhinhas de arrancar são empregadas com a divulgação de conselhos higiênicos. Como se sabe, lá como aqui, são muito apreciados os pensamentos, máximas, versinhos, impressos no verso das folhinhas (...) a propaganda é uma grande auxiliar de todo empreendimento”. (Renato Kehl. *Jornal A Noite*, 30 out. 1922).

Em linhas gerais, é importante destacar que a ação educacional no projeto eugênico de Kehl não era preconizada de forma aleatória. Ele possuía uma visão particular das funções que ela desempenharia para a construção do povo. A investigação das idéias eugenistas em Kehl, e também, na trajetória de outros intelectuais, deve ser apurada com critério rigoroso. A concepção de educação apresentava-se integrada ao modelo de transformação da sociedade. De maneira simplificada, podemos resumir que ele manteve durante a vida as seguintes propostas de intervenção eugênica: para as classes cacogênicas e disgênicas, ele receitava ações eugenistas, defendendo a esterilização para conter a proliferação dos seres degenerados, mestiços e doentes; para todos que pretendiam casar-se, o exame pré-nupcial, terminando na proibição do casamento ou geração de filhos entre os que demonstrassem ser perigosos para a sociedade; e, para os membros da classe aristogênica, educação higiênica e sexual para garantir uma descendência sadia. A aristogênia representava os seres eugenicamente superiores; enquanto, os tipos inferiores constituíam a classe cacogênica, os cacoplastas.

Esses, por ventura, poderiam assumir uma forma bastante degradante, ou seja, a disgênica.

De maneira bem ampla, podemos definir que os planos de eugenistas e sanitaristas consistiam em eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento), eugenia positiva (educação, incentivo e regulação da procriação dos capazes) e eugenia negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes). O objetivo era modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração. Dos sanitaristas, que negavam as teses da inata indolência tropical, vieram os remédios para um futuro promissor: a educação higiênica e as ações sanitárias. As condições ambientais teriam de modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Eugenistas e sanitaristas entendiam que as reformas das políticas públicas de saúde aprimorariam a capacidade hereditária. Em suma, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um tipo nacional, com teses de que o futuro eugênico seria resultado do saneamento das áreas rurais e urbanas, além da educação higiênica que propiciaria a manutenção da ordem. Essa amplitude de técnicas eugênicas não consistia numa interpretação errônea de teorias científicas originais, mas na construção de um pensamento eugênico brasileiro. No entanto, eugenistas e sanitaristas, como tantos outros grupos do campo intelectual, não formavam conjuntos homogêneos. Por exemplo, uma significativa parcela de eugenistas negava a influência do meio. Ou, pelo menos, afirmavam a impossibilidade de transmissão hereditária de características adquiridas. Contudo, vamos dividi-los em dois conjuntos. O primeiro, que aceitava a transformação das gerações por meio do combate aos fatores disgênicos, isto é, degenerativos, doenças venéreas, alcoolismo; e o segundo, negando ou argumentando que essas causas ocupavam um espaço secundário. No entanto, essa divisão se, em algum momento, ficava evidente, em outros, em meio a disputa por espaços políticos, transformava-se numa fronteira maleável.

Influenciados pelas descobertas biológicas, os eugenistas acreditavam que o homem, através da ciência eugênica, poderia dominar a evolução humana, tornando-a manipulável aos desígnios dos cientistas. Em uma época marcada por profundas transformações técnicas e sociais, em que a industrialização e a urbanização traziam novos problemas sanitários, entre eles, a habitação precária dos operários, os

intelectuais eugenistas julgavam que essas condições resultavam da incapacidade - adquirida ou não - dos trabalhadores em se adaptar a evolução da espécie. Como solucionar? Quais as medidas propostas pela eugenia? Seus propagandistas afirmavam ser positiva a educação sexual dos jovens, visando o casamento dos homens eugênicos visando uma procriação sadia e produtiva. Consideravam preventivas, sob o ponto vista eugenista, as medidas contra os vícios morais, como o alcoolismo, ou doenças, como a sífilis e a tuberculose, e por fim, os intelectuais eugenistas desejavam restringir a união sexual e esterilizar os degenerados, loucos e criminosos.

(...) a humanidade é extraordinariamente alterável e, portanto, melhorável, desde que as condições de vida sejam modificadas (...) a biologia, por si só, não permite prever nada em relação com o futuro humano (...) o progresso condiciona novos surtos humanos mas, ao mesmo tempo, traz consigo a proteção aos incapazes. Prometeu, dando o fogo à humanidade, concorreu definitivamente para a conservação dos débeis. A vacinação enche o mundo de gente fraca.” (Roquette-Pinto, 1982: 54).

Vários eugenistas viam como prejudicial à sociedade a conquista da assistência médica e previdenciária. As políticas de alcance assistencial foram consideradas iniciativas contra a eugeniização do homem. Segundo os eugenistas mais radicais, esses atos diminuía o rigor da seleção natural, permitindo a sobrevivência dos menos aptos. Sem as ações filantrópicas, uma ajuda humanitária e equivocada da sociedade, os homens menos capazes não sobreviveriam. Por meio da análise eugenista, o desenvolvimento da proteção social era ruim para a humanidade, pois permitia que elementos inaptos sobrevivessem. Os indivíduos impróprios para viver e procriar, de acordo com as idéias eugênicas mais rígidas, não receberiam ajuda comunitária. Os sãos não deveriam ajudar os doentes.

“A filantropia mal orientada é um fator de viciação, de indigência, de degradação social. Infelizmente, via de regra, procura-se tudo favorecer aos medíocres, aos doentes, aos incapazes, que por isso conseguem vencer, em prejuízo da parte boa, sacrificada pela concorrência desleal ‘filantrópicamente’ estabelecida pela sociedade(...) Impõe-se, pois a sociedade o dever de orientar melhor a sua filantropia, afim de não agravar a mediocrinização do gênero humano(...). Como medida fundamental, portanto, deve-se esforçar para que a filantropia se torne seletiva e não contra-seletiva, como ora se apresenta”. (Kehl, 1933: 227)

Dessa maneira, o equilíbrio estável da humanidade estava comprometido. A sobrevivência do mais forte funcionava como uma seleção dos mais aptos. De maneira geral, os eugenistas consideravam que a caridade ou qualquer ato ou política social

semelhante, contribuiria para a manutenção dos doentes, criminosos e vadios, ou seja, os “pesos mortos” da sociedade. Kehl, muitas vezes, criticaria as ações de filantropia, previdência e assistência.

“Admitindo artifícios, inventando recursos salvadores, multiplicando filantropias contra-seletivas, a civilização quase sacrificou os propósitos da seleção natural, sem dúvida ditados pela necessidade imperiosa da espécie. À proporção que o progresso avança, maiores as condescendências, maiores as protelações. Os fracos, os degenerados, protegidos pela generosidade social (aliás, louvabilíssima), são na maioria poupados. Essa protelação implica, entretanto, no amontoado de resíduos humanos que não são eliminados a seu tempo. Daí o nosso planeta apresentar-se, no presente século, pejado de elementos nocivos e de pesos mortos que impedem a vida normal da sociedade humana”. (Kehl, 1933: 36).

De uma forma ampla, os eugenistas mais radicais tendiam a diferenciar-se dos sanitaristas e demais membros do campo eugênico. Geralmente, consideravam as propostas exteriores ao campo medidas insuficientes para a redenção do Brasil. As políticas de reformas não agradavam totalmente. Achavam que ações isoladas não melhorariam as condições da sociedade, porque provocavam desarranjos na seleção natural. Salvar os grupos degenerados era, para o eugenismo radical, incentivar um péssimo exemplo. Um estímulo à degeneração. Uma ameaça ao progresso humano. Todavia, isso não significa que as reformas na saúde pública não fossem bem vindas. Afinal, era necessário erradicar as fontes das doenças. As habitações operárias, os hábitos e costumes das classes trabalhadoras eram, quase sempre, identificados como a origem das enfermidades. Além da demolição das moradias populares, eram realizadas dragagens de rios e lagoas. Mas, para os agentes sociais do campo eugênico, essas providências deveriam ser tomadas em concomitância à restrição da entrada livre de imigrantes indesejáveis no país, à esterilização compulsória dos degenerados e criminosos, a divulgação do valor da educação higiênica para que os seres eugênicos não degenerassem através dos maus costumes e a exigência de exames pré-nupciais para a realização de casamentos e geração de filhos saudáveis.

Muitas das conquistas sociais vinham das reivindicações sociais e trabalhistas. A preocupação com o bem estar social surgiu das pressões políticas e demandas da população proletarizada e urbanizada. Assim, emergiram organismos e serviços de assistência social. Diante desse quadro, os eugenistas não aceitavam que o Estado amparasse - **sem selecionar!** - as massas crescentes dos parasitas. Era necessário

eliminar o fardo que sobrecarregava o Estado e, além disso, era imprescindível promover os nascimentos daqueles que elevariam a produção da sociedade. No período entre as grandes guerras, buscou-se formar indivíduos saudáveis, acreditando que a população brasileira era constituída por homens indolentes, analfabetos e doentes. Décadas marcadas pelo esforço dos intelectuais em divulgar a Eugenia, um antídoto para os males do país, com a publicação de livros, panfletos e a organização de associações e congressos. Segundo teorias racistas que associavam degeneração à miscigenação, a união de indivíduos de etnias diferentes produzia seres inaptos. Segundo essas idéias os mestiços recebiam os defeitos das raças inferiores. O pessimismo em relação ao perfil racial nacional poderia ser superado quando as práticas do eugenismo fossem adotadas. Percebida como uma arma capaz de melhorar a raça e o futuro do Brasil, a eugenia encontrou entre os médicos e educadores os mais importantes divulgadores.

Valho-me da obra de Antonio Gramsci (1891-1937) para definir poder político. Gramsci considerava que o exercício da hegemonia é obtido não só por força e consentimento, mas também por um contínuo processo de negociação, fruto de alianças políticas e ideológicas. Hegemonia implica aceitação em parte das regras; mas essa aceitação não é tácita nem automática. É repleta de ambivalências e contradições. Esta aceitação ou esse consenso tem a participação do Estado e dos intelectuais (Gramsci, 1977:147). E esta hegemonia é tecida pelos intelectuais. Para Pierre Bourdieu (1930-2002), o poder simbólico consegue impor significações que são naturalizadas como legítimas. Assim, os símbolos intelectuais afirmam-se como instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. É espantoso o número elevado de agências e agentes sociais no período estudado (1917-1937). Inúmeros atores sociais, associações e periódicos eugenistas que participaram de um intenso processo político conflituoso e que não se movia linearmente. Monteiro Lobato (1882-1948), Renato Kehl, Belisário Penna (1868-1939), Liga Pró-Saneamento e Boletim de Eugenia são apenas alguns exemplos dentre as centenas de publicações, intelectuais e instituições que atuaram no período. Consideramos que, a partir da matriz gramsciana, o Estado não comporta apenas aparelhos de coerção que, sem dúvida, possibilitam uma dominação, mas também produz uma direção intelectual. Tal perspectiva ajuda-nos a pensar como os intelectuais do campo eugênico construíram suas práticas e

representações frente aos demais grupos organizados da sociedade, como disputavam e consolidavam sua presença nas diversas agências estatais.

Uma contribuição importante ao estudo das agências é a noção de intelectuais trabalhada por Gramsci. Esse conceito é fundamental, pois se refere à importância da cultura e da consciência de que a construção da hegemonia é inviável sem os intelectuais. Daí, que os debates científicos entre os intelectuais têm laços com as Classes Sociais e não podem ser compreendidos, exclusivamente, enquanto embates-profissional e técnico - entre especialistas. É precisamente nesse ponto que reside a minha proposta de análise da Eugenia no Brasil. Segundo minha análise, os artigos e teses sobre Eugenia enfatizam, demasiadamente, os juízos científicos emitidos pelos agentes analisados. Todavia, está um pouco ausente o papel político que esses agentes e discursos exerceram. Os atores intelectuais desse processo podem ser definidos como intelectuais que ocuparam um importante espaço na formulação, direção e organização em várias áreas da sociedade, não ficando restrito ao mundo das idéias eugenistas, científicas ou não. As agências de promoção da Eugenia podem e devem ser analisadas como espaços de negociação e representação entre os agentes. Uma formação social não consiste apenas num modo de produção de bens materiais garantido coercitivamente pelas mãos do Estado, mas também em hábitos e comportamentos, modos de pensar, agir e sentir dos homens que constituem suporte das normas da ordem social. Alguns cientistas sociais afirmam que, devido às características da sociedade brasileira, os conceitos oriundos da matriz gramsciana não teriam aplicação nos estudos sobre Estado e Poder no Brasil. A isso se deve, creio eu, a uma leitura míope da política em Gramsci. No entanto, a concepção de Estado da matriz gramsciana é ampla. Não está restrita a conquista e controle do governo e nem somente nas maneiras repressivas de conservar o poder. O sentido é muito mais amplo. Desvinculado de seu sentido restrito, o conceito de Estado é ampliado. Torna-se um complexo de atividades práticas e ideológicas com as quais as classes e frações tentam justificar e manter o seu domínio, mas também obter o contínuo consentimento. Portanto, as associações eugenistas possuíam a tarefa de organização e representação dos interesses dos intelectuais eugenistas, médicos ou profissionais das ciências biológicas, embora atores de outros setores também estivessem representados, exercendo influência significativa junto às instâncias da

sociedade, afinal, seus membros pertenciam às diferentes áreas da política e da economia.

À Guisa de Conclusão

Ressaltamos que os autores estudados contribuíram, e muito, para a construção da noção de Estado que paira acima das Classes, do Estado que forma a sociedade. Porém, o Estado não pode ser definido nem analisado isoladamente do seu contexto histórico social. A especificidade conjuntural de sua história deve ser destacada em função dos diversos grupos, interesses e estratégias em luta. Essa visão pressupõe resistências ao Estado que, com sua aparente neutralidade, não é um todo coeso.

Retornamos a falsa polêmica *Lobatiana*. Nesse pequeno e desprezioso texto, apresentei uma leitura da eugenia no Brasil. Afirmando que sem uma sólida união de teoria e leitura de intelectuais não poderemos ultrapassar *achismos* que qualificam atores como racistas ou heróicos defensores da miscigenação. Partir da escolha de trechos não é uma boa escolha metodológica para estudar intelectuais. Assim, continuaremos a pensar que esses homens eram seres especiais que viviam isolados numa cidade das idéias sem conexão com a realidade.

Referências Bibliográficas

BLACK, Edwin. *A Guerra contra os fracos. A Eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. São Paulo: Girafa, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

-----, *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DOS SANTOS, Ricardo Augusto. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: Uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*. Niterói. Tese de Doutorado em História Social/Universidade Federal Fluminense, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KEHL, Renato. *Aparas Eugênicas. Sexo e Civilização. Novas Diretrizes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

KOIFMAN, Fábio. *Porteiros do Brasil: O Serviço de Visto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1941-1945)*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História Social/ IFCS/UFRJ, 2007.

MIRANDA, Marisa e VALLEJO, Gustavo. *Darwinismo Social y Eugenesia em el mundo latino*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1982.

STERN, Alexandra Minna. *Eugenic nation: faults and frontier of better breeding in modern América*. Califórnia: University of California Press, 2005.